

PARA ALÉM DAS REDUÇÕES DA TSU (2)

Pedro Ferraz da Costa*

8 Fevereiro 2017

1 - A discussão do emprego e dos salários concentrou-se estranhamente na fixação do salário mínimo e em eventuais compensações para empresas e instituições que não pudessem acomodar o nível fixado pelo Governo, no acordo político que o viabilizou. Acrescentou-se agora a essa discussão a questão da eventual reversão das alterações introduzidas no período da Troika na legislação de trabalho.

O Partido Comunista e o Bloco, tendo obtido no último ano as compensações exigidas para apoiar o Governo minoritário do PS, procuram novas bandeiras que lhes permitam segurar eleitores em próximas eleições.

Simultaneamente, e num plano diferente, a OCDE e outras instituições internacionais, referem a incapacidade governamental de conduzir reformas estruturais como um dos maiores obstáculos ao crescimento e, por isso, um factor de risco para os nossos credores.

Ora as reformas conduzidas no período da Troika foram positivas mas até agora foram insuficientes.

2 - Para centrar a discussão na situação actual e nos desafios futuros é importante desmistificar muitas “pós-verdades” que circulam sobre o tema:

- Entre 2011 e 2015 a população empregada com habilitações até ao 3.º ciclo do ensino básico reduziu-se de 2.913 mil para 2.252 mil (-661.000 empregos), mas aumentou de 935 mil para 1.157 mil (+222 mil empregos) para activos com ensino secundário e pós-secundário e ainda mais para os activos com o curso superior, de 892 mil para 1.152 mil, (+260 mil empregos).

Mesmo com esta evolução positiva, continuamos a ser na UE o país com maiores problemas de qualificação de mão-de-obra.

- Esta evolução (2011-2015) significou uma redução do emprego total de 179.000 postos de trabalho, resultado aritmético de perdas e ganhos de emprego.

Se por um lado a agricultura viu o emprego reduzir-se de 484 para 324 mil (-160.000 empregos) e a construção de 423 para 283 mil (-140.000), noutros sectores e nos níveis de habilitação mais elevados criou-se muito emprego apesar da conjuntura financeira.

- Criaram-se muitos postos de trabalho mas não os suficientes. E este devia ser o ponto fulcral da discussão. Como criar mais e melhores empregos?

3 – Melhores empregos são empregos com maior produtividade, melhores salários e com sustentabilidade. Depende muito de um sistema educativo voltado para as novas actividades, com destaque para a economia digital – calcula-se que 65% das crianças que entram hoje no ensino primário trabalharão em novos tipos de emprego que ainda não existem. Mas depende ainda mais do investimento, quer em volume, quer em orientação. Um país que investe pouco torna-se obsoleto, principalmente em períodos de modernização global intensa. É o que nos está a acontecer. E o investimento tem de estar orientado para actividades competitivas internacionalmente. A interacção entre boas escolhas estratégicas das empresas e bons profissionais gera sucesso, lucros e melhores salários, financiamento fácil e crescimento forte.

4 – Está o País mobilizado neste sentido? Lamento dizer que não está. Nem está, nem parece estar preocupado com o assunto.

Em boa parte porque nem o Estado nem as empresas têm dinheiro. A taxa de poupança está a um nível miserável e não há qualquer referência do Governo, nem do Ministro das Finanças a medidas para aumentar a poupança.

O que nos leva a reforçar a opinião de que a atracção de IDE devia ser a prioridade, quer na selecção das medidas de política económica e laboral, quer na acção externa do Governo.

5 - E no que diz respeito à atracção de IDE convém ver o que acham os investidores, os únicos relevantes para a decisão de localizar novas actividades em Portugal... ou noutro país.

Segundo o relatório *Global Competitiveness Report 2016*, os factores mais problemáticos são:

- taxa de imposto
- burocracia governamental ineficiente

- instabilidade das políticas
- legislação laboral restritiva
- legislação fiscal

As taxas de impostos são agora o factor mais problemático e passaram a primeira preocupação este ano.

A burocracia passou de 1ª para 2ª.

A preocupação com a regulamentação laboral também voltou a aumentar e é agora a 4ª.

Será melhor não só não reverter mais medidas nesta área como principalmente definir e anunciar publicamente quais as reformas que vamos fazer.

E não esquecer que as reformas do tempo da Troika nos tinham feito subir nos índices internacionais de competitividade e já estamos a descer outra vez.

* Presidente do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade